



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de baterias recarregáveis compatíveis com o modelo de telefone satelital Iridium 9555, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO
1	Bateria recarregável do tipo íons de Lítio de 3,7V de tensão, 2400 mAh de capacidade, compatíveis com o aparelho telefônico modelo IRIDIUM 9555.	150		
2	Idem ao Item 1 – Cota reservada para ME/EPP em 25% da quantidade total.	50		

1.1.1. Foi reservada cota de 25% do item 1 para Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), à luz da Lei complementar nº 123, de 2006, por se tratar de bem de natureza divisível com valor máximo aceitável acima de R\$ 80.000,00.

1.1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.1.4. Será considerada vencedora a licitante que apresentar o MENOR PREÇO pelo item 1 e/ou 2.

1.2. Contratação de Serviço de Telecomunicação Móvel por Satélite, de âmbito doméstico e internacional, denominado Serviço Móvel Global por Satélites não estacionários (SMGS), para transmissão de voz e dados por meio do sistema de satélites Iridium, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ANUAL
3	Assinatura Mensal de prestação de Serviço de Telecomunicação Móvel por Satélite	100	1200		
4	Plano mensal na modalidade Compartilhamento de Minutos com franquia de 20 minutos por aparelho.	100	1200		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

5	Minutos excedentes (estimativa mensal)	300	3600		
6	SMS (estimativa mensal)	200	2400		

1.3. Os itens 3, 4, 5 e 6 serão contratados em LOTE, conforme preconiza a IN SLTI-MPOG nº 02/2008 (alterada pela IN SLTI nº 06/2013) que prevê no artigo 3º condição para a aglutinação de serviços, casos em que o parcelamento tornar o contrato tecnicamente inviável. Será considerada vencedora a licitante que apresentar o MENOR PREÇO POR LOTE, devendo oferecer proposta para todos os itens do mesmo.

1.3.1. Justifica-se a aglutinação dos referidos itens em LOTE pelo fato dos serviços de SMGS necessitarem de gerência única, no caso pela ganhadora do certame. Caso contrário, a qualidade do sinal das linhas telefônicas satelitais seria comprometida. O fornecimento de forma parcelada possibilita situações de indefinição em relação à responsável pela inoperância das linhas e fornecimento insatisfatório dos serviços.

1.4. O item 4 do objeto deverá ser na modalidade Compartilhamento de Minutos, onde a soma dos minutos disponíveis para as 100 (cem) linhas habilitadas poderá ser compartilhada entre elas, permitindo que uma linha que demande mais do serviço utilize os minutos de outra menos demandante.

1.5. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

1.5.1. Conforme disposto na IN nº 01/2010 do SLTI/MPOG, sobre os critérios de sustentabilidade ambiental, os bens adquiridos deverão:

1.5.1.1. Ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

1.5.1.2. Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

1.5.1.3. Ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, garantindo proteção máxima durante o transporte/armazenamento;

1.5.1.4. Não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs)).

1.5.2. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

1.5.2.1. Lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

1.5.2.2. Queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

1.5.2.3. Lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

- 1.5.3. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.
- 1.5.4. Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Esta contratação em conjunto com outras ações na área de Tecnologia da Informação na Polícia Federal objetiva alcançar a excelência na área de telecomunicações em missões policiais, desenvolvendo as estratégias estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- 2.2. Este Termo de Referência seguiu as diretrizes previstas na Instrução Normativa nº 04/2014 – SLTI/MPOG, observando as necessidades e diretrizes do Estudo Técnico preliminar;
- 2.3. A Polícia Federal possui cem telefones móveis satelitais modelo Iridium 9555, frutos de aquisição anterior, os quais se encontram aptos para uso, detendo tecnologia ainda vigente. Portanto, em atenção aos princípios da economicidade, razoabilidade e moralidade, optou-se por manter o uso dos mesmos, evitando assim o custo da compra de novos aparelhos;
- 2.4. Os serviços de telecomunicação satelital de tecnologia Iridium são amplamente comercializados em âmbito nacional, dessa feita, as características do objeto deste Termo de Referência não ferem a ampla competitividade do certame;
- 2.5. O quantitativo demandado é pautado no histórico de utilização do serviço do último ano, com uma previsão de aumento no consumo, o que garantirá a qualidade do serviço nos próximos anos.
- 2.6. A aquisição de novas baterias visa substituir aquelas que se encontram em uso desde 2011, época na qual foram adquiridas, bem como substituir as sobressalentes também obtidas naquele ano, visto que baterias recarregáveis possuem vida útil média de mil recargas.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E BENS COMUNS

- 3.1. Trata-se de processo para aquisição de baterias e contratação de serviço de telefonia móvel por satélite, classificados, respectivamente, como bens e serviços comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02, visto que os padrões de desempenho e qualidade do objeto podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado. A licitação em tela será na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR LOTE.
- 3.2. Os serviços de telefonia móvel satelital, de natureza continuada e sem mão de obra dedicada, darão suporte às atividades fim da Polícia Federal, cuja interrupção compromete a continuidade nas atribuições constitucionais de polícia judiciária e fronteiriça. Além disso, trata-se de contratação que



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

deve estender-se por mais de um exercício financeiro continuamente, razão pela qual deve ser classificada como Prestação de Serviço Continuado;

3.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da Polícia Federal, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

4.1. A demanda do órgão para os bens a serem adquiridos (item 1) tem como base as seguintes características:

4.1.1. As baterias devem ser compatíveis com o modelo de telefone satelital Iridium 9555 e atender às seguintes especificações técnicas:

- Tipo: Íon Lítio
- Tensão: 3,7 V
- Capacidade: 2.400 mAh

4.1.2. A entrega dos equipamentos para o endereço da Polícia Federal é de responsabilidade da CONTRATADA sem nenhum custo adicional.

4.1.3. O prazo mínimo de garantia para os bens adquiridos será de um ano, tendo seu início a partir da data do recebimento provisório.

4.2. Características do serviço de telefonia móvel satelital (itens 3, 4, 5 e 6):

4.2.1. O serviço será amparado no regulamento SMGS (Serviço Móvel Global por Satélite Não-Geoestacionários) da Anatel de acordo com a Norma nº 16/97, aprovado pela portaria nº 560, de 3 de novembro de 1997 do Ministério das Comunicações. Para tanto, a Contratada deverá estar devidamente outorgada para exploração do referido serviço pelo órgão competente.

4.2.2. A Contratada deverá apresentar, no mínimo, uma Certidão ou Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou ou está executando os serviços compatíveis com o objeto descrito.

4.2.3. O serviço de telecomunicação móvel via satélite deverá ter disponibilidade ininterrupta, com cobertura mundial, respeitando as áreas de não cobertura dos satélites Iridium.

4.2.3.1. Deverá ainda permitir chamadas telefônicas de voz locais, interurbano e internacionais, bem como chamadas telefônicas de voz de Iridium para Iridium, Iridium para fixo e Iridium para móvel.

4.2.3.2. A habilitação do serviço deve ser de acordo com o plano contratado. A CONTRATADA irá ativar e homologar as linhas telefônicas, sem nenhum custo adicional àqueles previstos neste Termo de Referência;

4.2.3.3. Os serviços deverão ser cobrados por assinatura mensal conforme plano de minutos contratados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

- 4.2.3.4. Haverá cobrança por minuto excedente apenas em caso de uso superior à soma dos minutos disponíveis para as 100 (cem) franquias contratadas, conforme MODELO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA – Anexo I deste Termo de Referência;
- 4.2.3.5. O serviço de SMS será cobrado mensalmente apenas se houver consumo por parte das linhas habilitadas;
- 4.2.3.6. Não deverá haver cobrança por recebimento de chamadas ou Caixa Postal;
- 4.2.3.7. A entrega dos *SIM Cards* para o endereço da Polícia Federal é de responsabilidade da CONTRATADA sem nenhum custo adicional.

5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

- 5.1. A execução dos serviços (itens 3, 4, 5 e 6) será iniciada a partir da assinatura do contrato.
- 5.2. Os *SIM Cards* deverão ser entregues até cinco dias úteis após assinatura do Contrato. A entrega do material será na Coordenação-Geral de Polícia de Repressão a Drogas, sito à SAS Quadra 6, lotes 09/10 - ED.SEDE/PF, Brasília/DF, no horário das 08h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira.
- 5.3. A aceitação provisória somente se efetivará após os materiais terem sido examinados e julgados em perfeitas condições técnicas e aprovados pelo setor competente.
- 5.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 5.5. A aceitação definitiva dos serviços se dará por meio do atesto da primeira fatura detalhada, comprovando a ativação do serviço e sua efetiva utilização.
- 5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS BENS.

- 6.1. O prazo de entrega dos bens (itens 1 e 2) é de cinco dias úteis, contados da assinatura do Contrato, em remessa única, na CGPRE/DICOR/PF, localizada no seguinte endereço SAS Quadra 6, lotes 09/10 - ED.SEDE/PF, Brasília/DF, no horário das 08h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira.
- 6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de dez dias corridos, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de dez dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela(s) Contratada(s), de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de suas propostas;

7.2. Quanto ao contrato de prestação de serviço de telefonia móvel satelital, é obrigação da Contratante:

7.2.1. Nomear Gestor e Fiscais de Contrato para exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.2.2. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

7.2.3. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada do valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.2.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

7.3. Quanto ao contrato de aquisição dos bens, são obrigações da Contratante:

7.3.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.3.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.3.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.3.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.3.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital e seus anexos;

7.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelas Contratadas com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

terceiros em decorrência de ato da(s) Contratada(s), de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;
- 8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.3. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 8.4. Manter durante toda a vigência do contrato de serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.5. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 8.8. Informar sobre possíveis “áreas de sombra” e condições de indisponibilidade;
- 8.9. Emitir fatura mensal contendo o consumo detalhado das chamadas e valores de assinatura, a qual deverá ser entregue diretamente ao Fiscal do Contrato, com antecedência mínima de 10 (dez) úteis dias do seu vencimento;
- 8.10. Garantir uma taxa de sucesso na realização de chamadas não inferior a 95%, desconsiderando as chamadas feitas para número ocupado;
- 8.11. Emitir ainda, na mesma fatura de que trata o item 8.9., todas as informações necessárias para subsidiar a correta fiscalização por parte do Fiscal responsável.
- 8.12. Além das responsabilidades resultantes da Lei n.º 8.666/93, da Lei n.º 9.472/97, do respectivo contrato de concessão ou termo de autorização assinado com a ANATEL, dentre outras legalmente impostas, a contratada deverá obedecer à seguinte disposição:
 - 8.12.1. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbitos federal, estaduais ou municipais, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados;
 - 8.13. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA PARA FORNECIMENTO DOS BENS

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, prazo de garantia ou validade;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 2 (dois) dias úteis o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de vinte e quatro horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena rescisão unilateral do contrato por parte da Administração;

9.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, observada a disponibilidade orçamentária, através de ordem bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação das notas fiscais / faturas discriminativas, onde deverá constar o número do contrato e o CNPJ da CONTRATANTE;

10.2 O PAGAMENTO referente ao contrato ficará condicionado à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção de todas as condições de habilitação, aí incluídas a regularidade fiscal para com o FGTS e a Fazenda Federal, com o objetivo de assegurar o cumprimento do art. 2º da Lei nº 9.012/95 e arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93;

10.3 Será procedida consulta “ON LINE” junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado a CONTRATADA, para verificação da situação da mesma, relativamente às condições exigidas no contrato, cujos resultados serão juntados aos autos do processo próprio;

10.4 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados;

10.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

10.6 As notas fiscais contendo incorreções serão devolvidas a empresa, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações, onde a CONTRATADA deverá prorrogar a data de vencimento, sem nenhum tipo de ônus para a CONTRATANTE;

10.7 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.8 O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento. No caso de prorrogação do contrato, a CONTRATANTE poderá exigir reforço da garantia;

10.10 Em caso de atraso no pagamento, provocados exclusivamente pela Administração, a CONTRATADA deve permanecer fornecendo os serviços por até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo do disposto no item 10.7, deste Termo de Referência.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do mesmo, será exercido por servidor designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.3. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES**

responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O Fiscal de Contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. CONTROLE DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO DOS BENS

13.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.1.1. O recebimento do material, por se tratar de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O representante da Polícia Federal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 14.1.3. fraudar na execução do contrato;
 - 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 14.1.5. cometer fraude fiscal;
 - 14.1.6. não manter a proposta.
- 14.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 14.2.1. No caso de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Polícia Federal, a Contratada será punida com advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;
 - 14.2.2. Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia sobre a parcela que der causa em caso de atraso na execução do serviço, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;
 - 14.2.3. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor da parcela que der causa, somado ao valor da multa prevista no subitem anterior, em caso de atraso na execução do serviço, por período superior ao previsto no subitem 14.2.22 até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 14.2.4. No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 30 (trinta) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;
 - 14.2.5. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia prevista na cláusula 16- GARANTIA CONTRATUAL, ainda que seja para reforço, aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;
- 14.3. No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;
- 14.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE, ou, ainda, cobrada judicialmente. Havendo aplicação de multa em valor superior ao montante da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- 14.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa Contratada, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pela Contratante;
- 14.6. Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

das demais sanções cabíveis, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato no prazo estipulado, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

14.7. Quando for constatado o descumprimento das demais obrigações previstas neste Termo de Referência, aplicar-se-á multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) calculada sobre o valor total da contratação;

14.8. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

14.9. A multa aplicada, após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE;

14.10. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.

15. CONTRATO DE SERVIÇO

- 15.1. A Polícia Federal convocará a adjudicatária para assinar o contrato, a qual terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Edital;
- 15.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela adjudicatária durante a vigência do contrato;
- 15.3. Se a adjudicatária não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá a Administração convocar outra LICITANTE, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais aplicáveis à adjudicatária que deixou de assinar o instrumento;
- 15.4. O prazo estabelecido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela PF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

16. GARANTIA CONTRATUAL NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 16.1. Até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA apresentará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato que será restituída de requerimento, após o cumprimento das condições estipuladas no Contrato. Caberá à CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia previstas no §1º do Art. 56 da Lei nº 8.666/93, no ato da assinatura do Contrato;
- 16.2. O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução dos serviços, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual e de indenização por danos causados ao patrimônio da União ou de terceiros;
- 16.3. O valor da garantia se reverterá em favor da PF, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados;
- 16.4. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 16.5. Será considerada extinta a garantia:
- 16.5.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 16.5.2. No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.
- 16.6. Havendo interesse em prorrogar a vigência contratual, a CONTRATANTE exigirá reforço da garantia.

17. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 17.1. A Contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;
- 17.2. A Contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES**

- 17.3. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, dentre outros documentos pertinentes;
- 17.4. Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;
- 17.5. A Administração, caso reconheça o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato;
- 17.6. Independentemente de solicitação a Administração poderá convocar a Contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;
- 17.7. As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para a Polícia Federal, cujos programas de trabalho e elemento de despesas especificadas constarão da respectiva Nota de Empenho.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. A subcontratação de serviços de terceiros, por parte da CONTRATADA só será permitida mediante prévia consulta e aceitação da CONTRATANTE.

20. VIGÊNCIA DO CONTRATO DE SERVIÇOS

20.1. O Contrato referente aos serviços de telefonia móvel satelital (itens 3, 4, 5 e 6) terá vigência de 12 meses contados da data da publicação do extrato no D.O.U., podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitado a 60 (sessenta) meses, conforme disposição do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666 de 1993.

21. REAJUSTE DO CONTRATO DE SERVIÇOS

21.1. O preço consignado no contrato de serviços de telefonia móvel satelital (itens 3, 4, 5 e 6) será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice IST.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

21.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS GERAIS

22.1. A participação nesta Licitação importa em total, irrestrita e irrevogável aceitação, pelos proponentes, das condições deste Termo de Referência, reciprocamente vinculado aos seus Anexos, impedindo-os de alegar desconhecimento, não entendimento ou interpretação errônea das condições da Licitação fixadas neste instrumento;

22.2. Os casos omissos, após apreciação e manifestação escrita do Pregoeiro, ouvida sua Equipe de Apoio, serão decididos pelo Coordenador Geral de Tecnologia da Informação da Polícia Federal;

22.3. Quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a licitação do objeto deste Termo de Referência poderão ser obtidos no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h, na Comissão Permanente de Licitação pelo seguinte endereço eletrônico: cpl.cti@dpf.gov.br, desde que, em tempo hábil e até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas;

22.4. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse público, em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que os licitantes tenham direitos a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 18, do Decreto 3.555/2000, ressalvado o disposto no § 2º do mesmo artigo;

22.5. A Contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições contratuais, nos termos do § 1º do art. 65 da lei 8.666/1993;

22.6. É facultada a supressão além do limite acima estabelecido mediante acordo entre as partes;

22.7. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

22.8. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal;

22.9. Integram este Termo de Referência para todos os fins e efeitos, o seguinte anexo:

22.9.1. Anexo I – MODELO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA;

22.9.2. Anexo II – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO;

22.9.3. Anexo III – MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA;

Brasília, 27 de setembro de 2016.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

Integrante Técnico	Integrante Administrativo	Integrante Requisitante
<hr/> Juliana Milhomem Matos Agente de Polícia Federal Matrícula PF 18.917 DITEL/CGTI/DLOG/PF	<hr/> Mariane Aparecida Ramos Sampaio Agente Administrativo Matrícula PF 20.764 Planejamento da Contratação/SAD/CGTI/DLOG/PF	<hr/> Cassius Valentin Baldelli Delegado de Polícia Federal Matrícula PF 6.559 CGPRE/DICOR/PF

APROVAÇÃO:

Nos termos do artigo 9º, inciso II, do Decreto nº 5450 de 31/05/2005, aprovo este Termo de Referência e, nos termos do artigo 8º, inciso III, do mesmo Diploma Legal, autorizo o prosseguimento do procedimento licitatório.

Brasília, de de 2016.

MARCELO DE AZAMBUJA FORTES

Perito Criminal Federal – Mat. 8.118
Coordenador Geral de Tecnologia da Informação/DLOG/PF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

MODELO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA – ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (valor unitário x quantidade)
1	Bateria recarregável do tipo íons de Lítio de 3,7V de tensão, 2400 mAh de capacidade, compatíveis com o aparelho telefônico modelo IRIDIUM 9555.	150		
2	Idem ao Item 1 – Cota reservada para ME/EPP em 25% da quantidade total.	50		
Valor total				R\$

LOTE ÚNICO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE MENSAL	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL (valor unitário mensal x quantidade mensal x 12 meses)
	3	Assinatura Mensal de prestação de Serviço de Telecomunicação Móvel por Satélite	100		
	4	Plano mensal na modalidade Compartilhamento de Minutos com franquia de 20 minutos por aparelho.	100		
	5	Minutos excedentes (estimativa mensal)	300		
	6	SMS (estimativa mensal)	200		
	Valor total				R\$

Obs.: A validade da proposta deve ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES**

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO – ANEXO II

<NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominadas INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

- I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES**

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definido.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, ____ de _____ de 20____.

CONTRATANTE	CONTRATADA
<Nome> Matrícula <Matr.> Cargo <>	<Nome> <Qualificação>

TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
<Nome> Matrícula <Matr.> Cargo <>	<Nome> <Qualificação>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA – ANEXO III

Identificação:

Contrato Nº:			
Objeto:			
Contratante:			
Gestor do Contrato:		Matr.:	
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na Contratante.

_____, _____ de _____ de 20____.

Ciência

CONTRATADA	
<Nome> Matrícula <Matr.>	

FUNCIONÁRIOS	
<Nome> Matrícula <Matr.>	Ass.
<Nome> Matrícula <Matr.>	Ass.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

<Nome> Matrícula <Matr.>	Ass.
<Nome> Matrícula <Matr.>	Ass.
<Nome> Matrícula <Matr.>	Ass.
<Nome> Matrícula <Matr.>	Ass.
<Nome> Matrícula <Matr.>	Ass.
<Nome> Matrícula <Matr.>	Ass.
<Nome> Matrícula <Matr.>	Ass.

Brasília, ____ de _____ de 20____.